

## Sindicatos de professores pedem reunião urgente com Sócrates

Os sindicatos de professores solicitaram hoje uma reunião com o primeiro-ministro, com carácter de urgência, por considerarem que em 33 anos de democracia "o direito à liberdade de expressão e de representação nunca esteve tão ameaçado".

O pedido, feito numa carta aberta que será enviada hoje a José Sócrates, surge na sequência do incidente ocorrido na semana passada na Covilhã, quando dois polícias à civil se deslocaram às instalações do Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) naquela cidade para obterem informações sobre o protesto convocado para a visita do primeiro-ministro, agendada para o dia seguinte.

Para a plataforma sindical, o episódio representou uma "grave violação dos direitos do exercício democrático de um sindicato de professores", inserindo-se num conjunto de "preocupantes atitudes de intolerância e autoritarismo" por parte do Governo e contribuindo para "a repressão e a imposição de um clima de medo".

"A liberdade sindical deste sector está a ser coarctada dos seus legítimos direitos, silenciada nas suas opiniões, ignorada nos seus contributos para melhorar a qualidade educativa e ameaçada de extinção por via de uma política de desinformação, onde se pretende colocar os próprios trabalhadores contra as suas organizações de classe", refere a missiva, assinada por todos os sindicatos e federações sindicais da Educação.

Em conferência de imprensa, os responsáveis da plataforma deixaram ainda um aviso ao primeiro-ministro, afirmando que terão a "obrigação de explanar ao Presidente da República a situação actual dos sindicatos do sector", caso José Sócrates não aceite o pedido de reunião e o Governo "continuar a não assumir as regras da democracia".

No encontro com os jornalistas, o secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), Mário Nogueira, afirmou que "existe, de facto, uma tentativa

de intimidação dos sindicatos" e considerou que qualquer pessoa que tenha lido o relatório da Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) sobre os acontecimentos da Covilhã "só pode ficar estupefacto ao saber que [o caso] foi arquivado".

Na sexta-feira, o ministro da Administração Interna deu como encerrado o caso, depois de ter recebido o relatório preliminar que pedira à IGAI, considerando não haver lugar à instrução de processo de inquérito ou processo disciplinar por não existir "indício de qualquer facto ilícito".

© 2007 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A.

2007-10-16 13:55:01